



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Gabinete do Vereador João Afonso**

**PROPOSTA N.º 12 /2017**

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a Adenda ao Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Vicente referente à adaptação de duas salas do edifício sito no Campo de Santa Clara, n.º 60, no âmbito do Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo

Pelouro: Direitos Sociais

Considerando que:

- A Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 20 de dezembro de 2016, aprovou a Proposta n.º 660/CM/2016 relativa à celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Vicente, com o objetivo de recuperar, adaptar e equipar duas salas do edifício sito no Campo de Santa Clara, n.º 60;
- Na proposta em causa, bem como no respetivo protocolo, foi indicado que a propriedade do imóvel pertencia à Junta de Freguesia tendo-se verificado posteriormente que na verdade o imóvel é propriedade do Município de Lisboa, estando antes cedido à Junta de Freguesia, em regime de comodato, conforme Contrato de Comodato que se junta à presente proposta, como Anexo I, e da qual faz parte integrante;
- No âmbito do Contrato de Comodato a competência para conservação, reparações e obras é já da Junta de Freguesia não havendo necessidade de proceder a qualquer outra alteração para além do conteúdo da cláusula, na qual se faz referência à propriedade do imóvel;



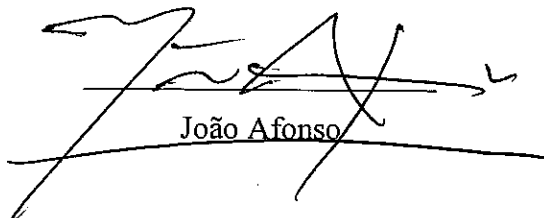
**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Gabinete do Vereador João Afonso**

- Nesse sentido importa proceder à retificação do n.º 1 da Cláusula 1ª do Protocolo de Colaboração, passando a figurar como proprietário do imóvel o Município de Lisboa.

Assim, ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere submeter à Assembleia Municipal a aprovação da alteração ao Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Vicente, nos termos da Adenda que se junta à presente proposta, como Anexo II, e da qual faz parte integrante.

Lisboa, 12 de janeiro de 2017.

O Vereador



João Afonso

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

## CONTRATO DE COMODATO

## Entre:

**MUNICÍPIO DE LISBOA**, com domicílio nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, em Lisboa, pessoa coletiva n.º 500 051 070, neste ato representado pelo Exmo. Senhor Vereador Manuel Salgado, nos termos da delegação e subdelegação de competências constante do Despacho n.º 79/P/2013, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1030, de 14 de novembro de 2013, e adiante abreviadamente designado por **Primeiro Outorgante**.

E

**JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICENTE**, pessoa coletiva n.º 510833632, com sede na Rua Josefa de Óbidos, 5, em Lisboa, aqui representada pela Exma. Senhora Presidente da Junta Natalina Tavares de Moura, adiante designada abreviadamente por **Segunda Outorgante**.

Em conjunto designados por "Partes".

## Considerando que:

- a) Com a aprovação da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, se procedeu à definição de um novo mapa administrativo da cidade de Lisboa, reduzindo o número de freguesias existentes, de 53 para 24, com o objetivo de instituir freguesias com maior e mais equilibrada dimensão, aumentando, assim, a sua capacidade, poder, agilidade e eficiência;
- b) Esta reforma promove os princípios da descentralização administrativa e de valorização do poder local, dotando, assim, as freguesias de mais competências e meios adequados;
- c) A reorganização administrativa de Lisboa é implementada através da atribuição legal de novas competências às juntas de freguesia e da transferência dos recursos financeiros e humanos indispensáveis à assunção plena das suas missões;
- d) Nos termos do artigo 15º, n.º1, do mesmo diploma legal, a atribuição das novas competências às juntas de freguesia deve ser acompanhada não só dos meios humanos e dos recursos financeiros necessários, mas também do património adequado ao desempenho das funções transferidas;
- e) Após articulação dos serviços envolvidos nas ações necessárias à distribuição de recursos às novas freguesias, em consonância com os presidentes das juntas de freguesia, foram identificados diversos imóveis aptos a prestar as funções pretendidas;
- f) Se entendeu ser o contrato de comodato a figura jurídica que melhor se adapta à formalização da entrega dos imóveis às juntas de freguesia;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A  
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

- g) Face à natureza gratuita do contrato de comodato e por razões de equidade todas as ocupações de imóveis municipais por juntas de freguesia que à data se encontrem ativas e se preveja necessária a sua manutenção, serão objeto, também, de contrato de comodato;

As partes decidem, de boa-fé e livre vontade, celebrar entre si o presente contrato de comodato, que se rege pelos considerandos supra e pelas cláusulas seguintes:

**CLAÚSULA PRIMEIRA**  
(Objeto)

Pelo presente contrato, o **Primeiro Outorgante** entrega em comodato à **Segunda Outorgante** os seguintes imóveis:

- a) Calçada dos Barbadinhos, 131, r/c;
- b) Campo de Santa Clara, 60, r/c, 1º, 2º e anexo;
- c) Travessa do Raposo, 2, tornejando Rua Paraíso, 72, r/c.

**CLAÚSULA SEGUNDA**  
(Fim)

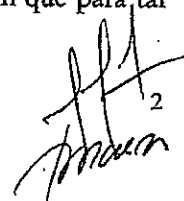
Os imóveis referidos na Cláusula anterior destinam-se, exclusivamente, a ser utilizados pela **Segunda Outorgante** para a instalação dos seus serviços e desenvolvimento das suas competências e atribuições próprias decorrentes da lei ou de contratos de delegação de competências, não lhes podendo ser dado outro fim.

**CLAÚSULA TERCEIRA**  
(Duração)

- 1. O comodato inicia-se em 01 de fevereiro de 2015, data da entrega das instalações pelo **Primeiro Outorgante** à **Segunda Outorgante**.
- 2. O comodato constitui-se pelo período correspondente ao exercício das atribuições e competências transferidas para a **Segunda Outorgante** pela Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, e das competências decorrentes de contratos de delegação posteriores, sem prejuízo do disposto do número seguinte.
- 3. O comodato cessará se os imóveis deixarem de ser utilizados para os fins previstos na cláusula segunda, devendo a **Segunda Outorgante** restituí-los ao **Primeiro Outorgante** independentemente de interpelação.

**CLAUSULA QUARTA**  
(Conservação, Reparações e Obras)

- 1. Durante a vigência do presente contrato, serão de conta e responsabilidade da **Segunda Outorgante**, todas as obras de conservação e reparação dos imóveis, ficando especialmente obrigada a realizar as obras cuja necessidade resulte de norma legal ou regulamentar aplicável ou que venha a ser imposta por decisão administrativa.
- 2. Cabe à **Segunda Outorgante** a realização de todas as benfeitorias (incluindo a instalação de quaisquer equipamentos) que se revelem e/ou venham a ser necessárias e consentâneas com a integral prossecução do fim do presente contrato, sem que para tal

  
2



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A  
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

tenham de obter prévia autorização do **Primeiro Outorgante**, suportando a **Segunda Outorgante**, em qualquer caso, os respetivos custos na totalidade.

3. A realização das benfeitorias que se não incluam no disposto numero anterior exigirá sempre prévia autorização do **Primeiro Outorgante**, mediante comunicação escrita que para o efeito lhe deverá ser dirigida pelo **Segundo Outorgante**.
4. Com a cessação do comodato por qualquer motivo, todas e quaisquer obras ou equipamentos que não possam ser retirados sem detrimento dos imóveis, consideram-se neles incorporados, sem que a **Segunda Outorgante** tenha direito a reembolso, indemnização ou alegar direito de retenção.

**CLÁUSULA QUINTA**  
(Encargos)

1. Todos e quaisquer encargos decorrentes da utilização dos imóveis durante a vigência do presente contrato ficarão por conta da **Segunda Outorgante**.
2. Para os efeitos da presente cláusula, entende-se por "encargos", nomeadamente, toda e qualquer despesa relativa ao fornecimento aos imóveis da água e eletricidade, serviços de segurança e vigilância e de manutenção e limpeza dos imóveis, bem como dos equipamentos nele instalados, e ainda quaisquer taxas ou impostos que venham a ser devidos pela detenção e utilização dos imóveis (incluindo nomeadamente a taxa de conservação de esgotos, mas excluindo o Imposto Municipal sobre Imóveis e quaisquer outros impostos devidos pela aquisição ou mera titularidade dos imóveis).
3. Nos termos da presente cláusula, a **Segunda Outorgante** aceita a obrigação de contratar diretamente os serviços expressamente referidos no número anterior e desde já aceita a cessão a seu favor da posição contratual do **Primeiro Outorgante** nos contratos existentes respeitantes ao fornecimento de água, eletricidade e assistência técnica.
4. No tocante aos encargos respeitantes aos imóveis, incorridos durante a vigência do presente contrato, que não forem diretamente assumidos pela **Segunda Outorgante** perante terceiros, o **Primeiro Outorgante** re-debitará à **Segunda Outorgante** os valores que lhe vierem a ser faturados, obrigando-se a **Segunda Outorgante** a proceder imediatamente ao seu pagamento.

**CLÁUSULA SEXTA**  
(Comunicações)

Todas as comunicações entre as partes a efetuar no âmbito deste contrato devem ser enviadas por escrito, para o respetivo domicílio, constante na identificação das partes, salvo se entretanto o seu destinatário tiver indicado, igualmente por escrito, endereço distinto.

**CLÁUSULA SÉTIMA**  
(Arbitragem)

1. A resolução de todo e qualquer litígio emergente da interpretação, aplicação ou execução de qualquer das cláusulas anteriores, fica sujeito a um tribunal arbitral, com expressa renúncia a qualquer outro.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, o tribunal arbitral será constituído *ad hoc* da seguinte forma:

  
3



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

- a) Cada Parte nomeará um árbitro e estes dois árbitros acordarão sobre a nomeação de um terceiro árbitro, que presidirá;
- b) Os árbitros serão nomeados no prazo máximo de 15 dias a contar da data em que uma das Partes tenha notificado a outra da sua intenção de submeter o diferendo a um tribunal arbitral;
- c) O Presidente será nomeado no prazo máximo de 30 dias a contar da data da nomeação dos restantes árbitros;
- d) Na ausência de acordo quanto à nomeação do Presidente, qualquer das partes poderá solicitar ao Presidente do Tribunal da Relação que proceda à respetiva nomeação;
- e) O tribunal arbitral determinará as suas regras de procedimento;
- f) O tribunal arbitral decide por maioria de votos e a sua decisão será definitiva e vinculativa;
- g) Cada Parte suportará os custos com o seu próprio árbitro e da sua representação no processo arbitral. Os custos relativos ao Presidente, bem como os demais custos, serão suportados em partes iguais por ambas as Partes.

Feito em Lisboa, a 01 de fevereiro de 2015, em dois exemplares de quatro páginas cada, cabendo um exemplar original a cada um dos outorgantes.

Pelo Primeiro Outorgante,

Pela Segunda Outorgante,

(Com poderes para o ato nos termos dos Despachos de delegação e subdelegação de competências N.ºs 79/P/2013 e 92/P/2013, publicados no 2º suplemento dos BM n.ºs 1030 e 1031, de 14 e 21 de novembro de 2013, respetivamente.)

**Junta de Freguesia de São Vicente**

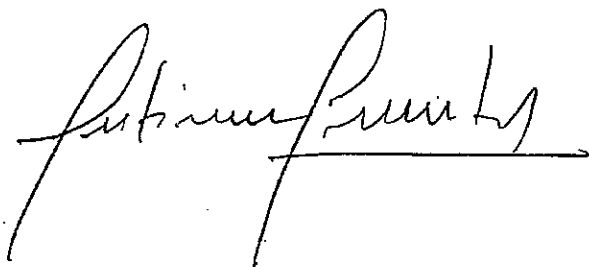
**DECLARAÇÃO**

**Considerando que:**

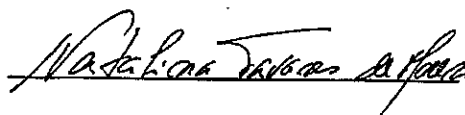
- a) A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro aprovou a reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atribuindo novas competências às juntas de freguesia;
- b) Esta reforma promove os princípios da descentralização administrativa e de valorização do poder local, dotando, assim, as freguesias de mais competências e meios adequados;
- c) A reorganização administrativa de Lisboa é implementada através da atribuição legal de novas competências às juntas de freguesia e da transferência dos recursos financeiros e humanos indispensáveis à assunção plena das suas missões;
- d) Nos termos do artigo 15º, n.º1, do mesmo diploma legal, a atribuição das novas competências às juntas de freguesia deve ser acompanhada não só dos meios humanos e dos recursos financeiros necessários, mas também do património adequado ao desempenho das funções transferidas;
- e) Após articulação dos serviços envolvidos nas ações necessárias à distribuição de recursos às novas freguesias, em consonância com os presidentes das juntas de freguesia, foram identificados diversos imóveis aptos a prestar as funções pretendidas;
- f) Se entendeu ser o contrato de comodato a figura jurídica que melhor se adapta à formalização da entrega dos imóveis às juntas de freguesia;
- g) Face à natureza gratuita do contrato de comodato da ocupação do imóvel municipal abaixo identificado pela junta de freguesia,

Declaro que, a partir da presente data, a Junta de Freguesia de São Vicente irá assumir, junto da EPAL, Empresa de Águas Livres, S.A., a posição de titular dos contratos de fornecimento de água dos locais de consumo sitos na **Calçada dos Barbadinhos, 131, r/c, Campo de Santa Clara, 60, r/c, 1º, 2º e anexo e Travessa do Raposo, 2, tornejando Rua Paraíso, 72, r/c.**

Lisboa, 01 de fevereiro de 2015



Presidente da Junta de Freguesia  
de São Vicente



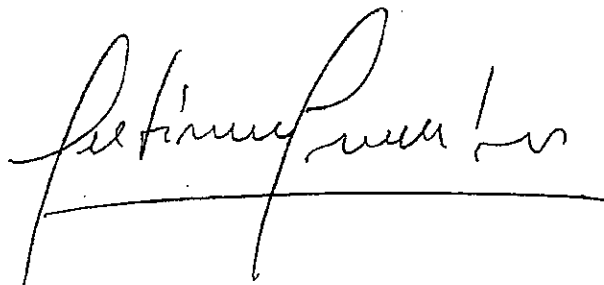
**Junta de Freguesia de São Vicente**  
**DECLARAÇÃO**

**Considerando que:**

- a) A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro aprovou a reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atribuindo novas competências às juntas de freguesia;
- b) Esta reforma promove os princípios da descentralização administrativa e de valorização do poder local, dotando, assim, as freguesias de mais competências e meios adequados;
- c) A reorganização administrativa de Lisboa é implementada através da atribuição legal de novas competências às juntas de freguesia e da transferência dos recursos financeiros e humanos indispensáveis à assunção plena das suas missões;
- d) Nos termos do artigo 15º, n.º1, do mesmo diploma legal, a atribuição das novas competências às juntas de freguesia deve ser acompanhada não só dos meios humanos e dos recursos financeiros necessários, mas também do património adequado ao desempenho das funções transferidas;
- e) Após articulação dos serviços envolvidos nas ações necessárias à distribuição de recursos às novas freguesias, em consonância com os presidentes das juntas de freguesia, foram identificados diversos imóveis aptos a prestar as funções pretendidas;
- f) Se entendeu ser o contrato de comodato a figura jurídica que melhor se adapta à formalização da entrega dos imóveis às juntas de freguesia;
- g) Face à natureza gratuita do contrato de comodato da ocupação do imóvel municipal abaixo identificado pela junta de freguesia,

Declaro que, a partir da presente data, a Junta de Freguesia de São Vicente irá assumir, junto da EDP, a posição de titular do contrato de fornecimento de energia elétrica do local de consumo sito no **Calçada dos Barbadinhos, 131, r/c, Campo de Santa Clara, 60, r/c, 1º, 2º e anexo e Travessa do Raposo, 2, tornejando Rua Paraíso, 72, r/c.**

Lisboa, 01 de fevereiro de 2015



Presidente da Junta de Freguesia  
de São Vicente







**Câmara Municipal de Lisboa**  
Gabinete do Vereador João Afonso

**DACM**  
Prop. n.º 12/2017  
Fls. \_\_\_\_\_

## Anexo II

### Protocolo de Colaboração

(Minuta)

#### ADENDA

Ao Protocolo de Colaboração entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Vicente, outorgado em 28 de dezembro de 2016 (Proposta n.º 660/CM/2016, aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 20 de dezembro de 2016) é feita a presente adenda que se consubstanciará, por acordo das partes, numa alteração ao número 1 da Cláusula Primeira referente à propriedade do imóvel em causa.

O n.º 1 da Cláusula 1ª do Protocolo de Colaboração passa a ter a seguinte redação:

#### Cláusula Primeira

(Objeto e âmbito)

1. O presente Protocolo define os termos e condições de colaboração entre as partes com vista a recuperar, adaptar e equipar, pela Junta de Freguesia, duas salas do edifício, propriedade do Município de Lisboa, sito no Campo de Santa Clara, n.º 60, em Lisboa.
2. (...)
3. (...)

Lisboa, aos        de        de 2017.

Pelo Município de Lisboa

Pela Freguesia de São Vicente

O Vereador

A Presidente da Junta de Freguesia

---

João Afonso

---

Natalina Tavares de Moura



Câmara Municipal de Lisboa  
Gabinete do Vereador João Afonso

DACM  
Prop. n.º 12/2017  
Fls. \_\_\_\_\_

## PROPOSTA Nº 660/2016

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de São Vicente, com vista à adaptação de duas salas do edifício sito no Campo de Santa Clara, n.º 60, no âmbito do Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo, bem como a transferência de verba respetiva

Pelouro: Direitos Sociais

Considerando que:

- O Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1132, de 29 de outubro de 2015, define o “NAL – Núcleo de Apoio Local” como *“espços com características predefinidas, onde estejam asseguradas boas condições de higiene e segurança e nos quais as equipas de distribuição alimentar passarão a fornecer as refeições. Constituem-se como espaços de partilha entre utentes e colaboradores institucionais, que poderão, além de cumprir a sua função de apoio, contribuir para a promoção do exercício da cidadania e do respeito da dignidade entre concidadãos. Objectivos deste Núcleos: a) Garantir refeições em espaço condigno e humano; b) Promover atendimento social; c) Promover o acompanhamento para o NPISA”*;
- Para além da reestruturação das respostas já existentes, o Programa prevê ainda a criação de quatro Núcleos de Apoio Local, bem como a construção e/ou reconstrução de balneários e sanitários, os quais devem ser implementados em territórios identificados como prioritários, onde haja uma grande concentração de pessoas em situação de sem-abrigo visando proporcionar àquelas o acesso a refeições, a uma lavandaria, a um banco de roupa e aos respetivos sanitários e balneários em condições de higiene, conforto e dignidade;



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Gabinete do Vereador João Afonso**

- A existência de um NAL em São Vicente permitirá por um lado que, progressivamente, a distribuição alimentar deixe de se fazer em contexto de rua e, por outro, levará à diminuição de vários problemas associados à elevada concentração de pessoas sem-abrigo na zona de Santa Apolónia;
- O Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo pretende-se que seja implementado com recurso aos vários atores da Cidade de Lisboa;
- A Junta de Freguesia de São Vicente é proprietária do imóvel onde se encontra a Piscina de Alfama pretendendo em simultâneo promover a recuperação do mesmo, bem como promover a melhoria das condições da população sem-abrigo que frequenta aquela zona da cidade;
- É neste sentido que o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Vicente, na partilha de um interesse comum e em prol da população sem-abrigo que frequenta a zona de Santa Apolónia, pretendem estabelecer uma parceria com vista a disponibilizar àquela uma resposta adequada e eficaz na melhoria das condições proporcionadas;
- O Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Vicente pretendem assim, através do presente protocolo, recuperar, adaptar e equipar duas salas do edifício, onde se encontra a Piscina de Alfama, propriedade da Junta de Freguesia de São Vicente, numa resposta adequada e eficaz na melhoria das condições proporcionadas àquela população, de forma a disponibilizar sala de refeições, sala para apoio de lavandaria e banco de roupa, sanitários e balneários;

Sem prejuízo de ulterior acordo ou contrato relativo à operacionalização, em concreto, do NAL naquele espaço, importa definir, por ora, a colaboração a estabelecer entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, em especial no que concerne ao apoio financeiro a atribuir pelo Município, para efeitos de recuperação, adaptação e aquisição de equipamento das referidas salas;



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Gabinete do Vereador João Afonso**

Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

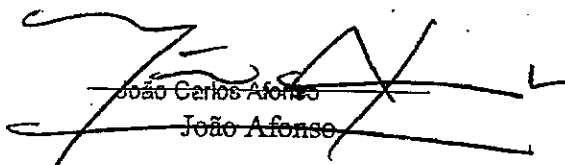
Assim, ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do previsto na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º do mesmo diploma legal, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão autorize:

- a) A atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de São Vicente, no montante total de € 75.827,02 (setenta e cinco mil oitocentos e vinte e sete euros e dois centimos), para recuperação, adaptação e aquisição de equipamento para duas salas no imóvel, sito no Campo de Santa Clara, n.º 60, em Lisboa;
- b) A celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município e a Junta de Freguesia de São Vicente, nos termos da minuta anexa à presente proposta e da qual faz parte integrante;

A despesa tem cabimento na Acção-Plano C5.P002.01, da Rubrica 08.05.01.01.01, da Orgânica L15.00 do orçamento em vigor.

Paços do Concelho, 30 de novembro de 2016.

O Vereador

  
João Carlos Afonso  
João Afonso  
Vereador



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Gabinete do Vereador João Afonso**

**DACM**  
**Prop. n.º 660/2016**  
**Fis. \_\_\_\_\_**

**Anexo**  
**Protocolo de Colaboração**  
**(Minuta)**

Entre:

O **Município de Lisboa**, pessoa coletiva n.º 500051070, sediado na Praça do Município, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, adiante abreviadamente designado por CML e aqui representado pelo Sr. Vereador João Afonso, com competências delegadas na área dos Direitos Sociais nos termos do Despacho n.º 142/P/2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro;

E

A **Freguesia de São Vicente**, pessoa coletiva n.º [REDACTED], com sede na Rua Josefa de Óbidos, 5, em Lisboa, representada pela Sra. Dra. Natalina Tavares de Moura, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, de ora em diante designada por Junta de Freguesia;

é celebrado o presente Protocolo de Colaboração, que se rege pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª**

**Objeto**

1. O presente Protocolo define os termos e condições de colaboração entre as partes com vista a recuperar, adaptar, e equipar, pela Junta de Freguesia, duas salas do edifício, propriedade da Segunda Outorgante, sito no Campo de Santa Clara, n.º 60, em Lisboa.



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Gabinete do Vereador João Afonso**

2. A reabilitação referida tem por finalidade permitir a implementação, naquele edifício, do “NAL – Núcleo de Apoio Local São Vicente/Santa Apolónia”, nos termos definidos no Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo.
3. Constitui, ainda, objeto do presente Protocolo, enquadrar a atribuição de apoio financeiro, pelo Município à Junta de Freguesia, destinado a fazer face aos encargos decorrentes com aquisição de equipamento, recuperação e adaptação, por esta, das salas referidas no n.º 1 da presente Cláusula.

**Cláusula 2ª**

*Obrigações do Primeiro Outorgante*

O Primeiro Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Transferir para a Junta de Freguesia o montante total de € 75.827,02 (setenta e cinco mil oitocentos e vinte e sete euros e dois cêntimos), em 2016 e numa única prestação, a título de apoio para equipamento, e execução das obras de recuperação e adaptação das salas referidas no n.º 1 da Cláusula 1ª do presente Protocolo;
- b) Prestar apoio técnico e acompanhar a execução das obras mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela Junta de Freguesia.

**Cláusula 3ª**

*Obrigações do Segundo Outorgante*

1. O Segundo Outorgante obriga-se a:

- a) Proceder à execução de obras de recuperação e adaptação das salas referidas no n.º 1 da Cláusula 1ª do presente Protocolo, tendo presente a finalidade referida no n.º 2 da mesma, articulando com o Primeiro Outorgante os termos precisos das mesmas antes de as iniciar;



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Gabinete do Vereador João Afonso**

- b) Proceder à aquisição do equipamento necessário para o devido funcionamento do NAL de São Vicente, tendo presente a finalidade referida no n.º 2 da Cláusula 1ª, articulando com o Primeiro Outorgante sobre os bens a adquirir;
  - c) Prestar atempadamente toda a informação que venha a ser solicitada pelo Primeiro Outorgante durante a execução das obras e na aquisição do equipamento;
  - d) Remeter ao Primeiro Outorgante, até 30 dias após o termo das obras mencionadas, um relatório circunstanciado e documentado no que concerne à sua execução física e financeira, acompanhado dos respetivos documentos comprovativos das despesas realizadas, devendo incluir os equipamentos adquiridos;
  - e) Disponibilizar as salas recuperadas para os fins previstos no presente Protocolo, acordando e celebrando com o Primeiro Outorgante contrato de delegação de competências que permita colocar em funcionamento, naquele, o projeto “NAL – Núcleo de Apoio Local São Vicente/Santa Apolónia” ou outro projeto municipal com idênticas finalidades;
  - f) Devolver ao Município o apoio financeiro referido na Cláusula 2ª do presente Protocolo no caso de não serem realizadas as obras de recuperação e adaptação, e aquisição do equipamento conforme previsto neste Protocolo, ou de ao imóvel vir a ser dado uso distinto.
2. A disponibilização das salas, referida na alínea d) do número anterior, tem lugar pelo período mínimo de quinze anos, contados após o termo das obras de recuperação e adaptação das mesmas, salvo acordo escrito das partes em contrário.

**Cláusula 4ª**

*Revisão ao Protocolo*



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Gabinete do Vereador João Afonso**

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante, devido a imposição legal ou ponderoso interesse público, ficando sempre sujeita a prévia autorização da Câmara Municipal de Lisboa.

**Cláusula 5ª**

*Incumprimento, Resolução e Sanções*

O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a resolução imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes recebidos.

**Cláusula 6ª**

*Vigência do Protocolo*

O presente Protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigora até ao cumprimento do seu objeto.

**Cláusula 7ª**

*Disposições Finais*

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Protocolo aplicam-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 278º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

Feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada um dos Outorgantes.

Paços do Concelho de Lisboa, aos ... de ... de 2016

Pelo Município de Lisboa  
O Vereador

Pela Freguesia de São Vicente  
A Presidente da Junta de Freguesia

---

João Afonso

---

Natalina Tavares de Moura





CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

**ATA EM MINUTA**

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram deliberadas na Reunião Extraordinária de Câmara de 7 de dezembro de 2016, o voto de pesar e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais das referidas propostas, a ata em minuta:

**Voto de Pesar n.º 32/2016** (Subscrito pelos Srs. Vereadores Carlos Manuel Castro, Carlos Moura e João Bernardino)

Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Fidel Castro, nos termos do voto;

Aprovado por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	12(7PS, 3Ind. e 2PCP)	3(2PPD/PSD e 1CDS/PP)	—

**Proposta n.º 671/2016** (Subscrita pelo Sr. Presidente)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal de Lisboa a assunção pelo Município da titularidade administrativa do serviço público de transporte operado pela CARRIS, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	10(8PS, 2Ind.)	6(3PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP)	---

**Proposta n.º 685/2016** (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Aprovar a 25.ª Alteração Orçamental, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	11(7PS, 2Ind. e 2PCP)	4(3PPD/PSD e 1CDS/PP)	---



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

**Proposta n.º 660/2016** (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de São Vicente, com vista à recuperação e adaptação de duas salas do edifício sito no Campo de Santa Clara, n.º 60, no âmbito do Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo, bem como a transferência de verba respetiva, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

**Proposta n.º 712/2016** (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal, para autorização, a atribuição de um apoio financeiro à Freguesia do Beato, no âmbito do Orçamento Participativo, para concretização do Projeto vencedor "Melhorar o Espaço Fazeres do Beato", nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

**Proposta n.º 713/2016** (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar o reforço de verbas a transferir para as Juntas de Freguesia de Benfica e Campolide, no âmbito da execução do Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados Familiares, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

**Proposta n.º 714/2016** (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar a transferência para a Fundação Maria Ulrich em cumprimento do Protocolo celebrado com a entidade, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

**Proposta n.º 715/2016** (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Atribuir o topónimo "Rotunda República Argentina", nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

**Proposta n.º 716/2016** (Subscrita pelo Sr. Presidente)

Aprovar atribuir a Sua Excelência o Presidente da República Checa a Chave de Honra da Cidade de Lisboa, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Nos termos do n.º 3, do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu, *[assinatura]* Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 7 de dezembro de 2016

O Presidente

*[assinatura]*  
Fernando Medina

**129ª Reunião**  
**84ª Sessão Extraordinária**  
**Realizada em 20 de dezembro de 2016**

## ATA EM MINUTA

Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do estipulado nos n.ºs 4 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo e, ainda, do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Regimento da Assembleia, deliberou a Assembleia Municipal de Lisboa aprovar em minuta a ata e o texto das deliberações tomadas na reunião de 20 de dezembro de 2016, e a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais das Atas, das Recomendações e das Propostas a ata em minuta: -----

**Aprovação da Ata n.º 120, de 18 de outubro de 2016**

**Apreciação e aprovação da ata.**

(Aprovada por unanimidade. Os Deputados Municipais que não estiveram presentes na reunião a que esta ata respeita não participaram na aprovação da mesma, em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 34 do CPA) -----

**Aprovação da Ata n.º 124, de 15 de novembro de 2016**

**Apreciação e aprovação da ata.**

(Aprovada por unanimidade. Os Deputados Municipais que não estiveram presentes na reunião a que esta ata respeita não participaram na aprovação da mesma, em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 34 do CPA) -----

**Proposta n.º 537/CM/2016**

(Subscrita pelos Senhores Vereadores Paula Marques e João Paulo Saraiva) -----

**Apreciação da Proposta 537/CM/2016 - Alteração dos estatutos da GEBALIS - Gestão do Arrendamento Social dos Bairros Municipais de Lisboa, E.M., nos termos da proposta e ao abrigo das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 48.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto,**

alterada pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho e pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e, de acordo com a alínea n), do n.º 1, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na redacção actual; -----

- Parecer da 3ª Comissão Permanente

(Aprovada por Maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PCP/ PEV/ PAN/ PNPN/ 6 IND – Contra: PSD/ BE/ CDS-PP/ MPT) -----

Recomendação n.º 1/129  
resultante do Parecer da 4ª e 8ª  
Comissões Permanentes sobre  
as Petições n.º 11/2016 e n.º  
18/2016

(Subscrita pela 4ª e 8ª Comissões Permanentes) ----

#### Recomendação 1/129 (4ª e 8ª CP)

*“Sobre o ruído e as necessidades de estacionamento na Rua Conde de Almoester e na sequência das petições 11/2016 e 18/2016*

*Tendo em conta o parecer da 4ª e 8ª Comissões Permanentes sobre a Petição 11/2016 – “Excesso de ruído na Rua Conde de Almoester” e a Petição 18/2016 – “Estacionamento na Rua Conde de Almoester”, e apesar de nenhuma destas duas petições reunir o número regimental de assinaturas que obriga à sua discussão em sede de plenário, a 4ª e 8ª Comissões propõem à Assembleia Municipal que aprove a seguinte recomendação à Câmara:-----*

*1) Promova um grupo de trabalho em que participem a CML, CP, IP e Junta de Freguesia, para encontrarem soluções de forma articulada para reduzir de forma efetiva os níveis de ruído a que estão sujeitos os moradores da Rua Conde Almoester. Uma vez que o ruído é, neste local em particular, uma questão complexa e com origens e causas mistas, o referido grupo de trabalho deve trabalhar de forma concertada e proceder aos testes necessários para encontrar as opções tecnicamente mais eficazes para o conforto dos moradores, nomeadamente combinando atuações nas diferentes frentes, desde a infraestrutura ferroviária (como a introdução de barreiras acústicas), ao material circulante na linha ferroviária (estudo financeiro de alteração ao projeto das carruagens), e às vias rodoviárias (medidas de redução de velocidade de circulação, introdução de arborização como barreira acústica, etc.). Estas atuações e o seu efeito cruzado devem ser estudados em conjunto por todas as entidades envolvidas, independentemente da responsabilidade direta de cada uma;-----*

*2) Antes ou no decurso dos trabalhos deste grupo de trabalho, a CML exerça a sua influência no âmbito das relações institucionais com a CP e IP para que esta zona seja alvo de um trabalho de pormenor, pela elevada concentração de habitação, independentemente do*

*trabalho que já está a ser feito que abrange de forma macro esta via, nomeadamente insistindo na solução das barreiras acústicas que parecem ser a solução mais imediata dentro das possibilidades que foram apresentadas a esta comissão;-----*

*3) Introduza medidas para garantir o cumprimento da velocidade máxima na Radial de Benfica, como maior fiscalização e manutenção em funcionamento dos radares;-----*

*4) Estude, em conjunto com a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, alterações na Rua Conde Almoester que proporcionem aos moradores uma melhor qualidade de vida, nomeadamente no que ao ruído e segurança diz respeito e que devem assegurar os objectivos de: a) Redução da velocidade da circulação automóvel; b) Segurança dos peões; c) Introdução de barreiras acústicas com arborização. -----*

**(Adiada)** -----

**Apreciação das seguintes propostas de delegação de competências:**

**Proposta n.º 751/CM/2016**

**(Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro)** -----

*Apreciação da Proposta 751/CM/2016 – Retificação das Propostas n.ºs 653/2016, 654/2016 e 655/2016, relativas a Contratos de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e as Freguesias de Alcântara, de Santa Clara e de Arroios, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto no artigo 174.º do Código de Procedimento Administrativo, na redação em vigor; -----*

**(Aprovada por unanimidade)** -----

*Nota: Esta rectificação introduz as alterações sugeridas pelos serviços da Assembleia Municipal, após análise de todas as propostas de delegação de competências submetidas à apreciação deste órgão municipal. -----*

**Proposta n.º 653/CM/2016**

**Retificada pela Proposta n.º 751/CM/2016**

**(Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro)** -----

*Proposta 653/CM/2016 – Delegação de Competências na Freguesia de Alcântara, nos termos da proposta e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 23º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e dos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei, na redacção actual; -----*

- Parecer da 1ª e 5ª Comissões Permanentes

*Handwritten signature/initials*

(Aprovada por Maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – Contra: CDS-PP) -----

**Proposta n.º 654/CM/2016**  
(Retificada pela Proposta n.º  
751/CM/2016)

(Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte  
Cordeiro) -----

*Proposta 654/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de Santa Clara, nos termos da proposta e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 23.º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e dos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei, na redacção actual; -----*

- Parecer da 1ª e 5ª Comissões Permanentes

(Aprovada por Maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – Contra: CDS-PP) -----

**Proposta n.º 655/CM/2016**  
(Retificada pela Proposta n.º  
751/CM/2016)

(Subscrita pelos Senhores Vereadores Duarte  
Cordeiro e Manuel Salgado) -----

*Proposta 655CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de Arroios, nos termos da proposta e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 23.º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e dos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei, na redacção actual; -----*

- Parecer da 1ª e 5ª Comissões Permanentes

(Aprovada por Maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – Contra: CDS-PP) -----

**Proposta n.º 704/CM/2016 --**  
**Retificada**

(Subscrita pelo Senhor Vereador José Sá  
Fernandes) -----

*Proposta 704/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de Arroios, nos termos da proposta e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 23.º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e dos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei, na redacção actual; -----*

- Parecer da 1ª e 5ª Comissões Permanentes

(Aprovada por Maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – Contra: CDS-PP) -----

(Com as necessárias retificações constantes no documento anexo à Ata em Minuta e que dela faz parte integrante) -----

**Proposta n.º 705/CM/2016**  
**Retificada**

(Subscrita pelos Senhores Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado) -----

*Proposta 705/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de Carnide, nos termos da proposta e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 23.º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e dos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei, na redacção actual;* -----

- Parecer da 1ª e 5ª Comissões Permanentes

(Aprovada por Maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – Contra: CDS-PP) -----

(Com as necessárias retificações constantes no documento anexo à Ata em Minuta e que dela faz parte integrante) -----

**Proposta n.º 706/CM/2016**  
**Retificada**

(Subscrita pelos Senhores Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado) -----

*Proposta 706/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de S. Domingos de Benfica, nos termos da proposta e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 23.º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e dos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei, na redacção actual;*

- Parecer da 1ª e 5ª Comissões Permanentes

(Aprovada por Maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – Contra: CDS-PP) -----

(Com as necessárias retificações constantes no documento anexo à Ata em Minuta e que dela faz parte integrante) -----

**Proposta n.º 707/CM/2016**  
**Retificada**

(Subscrita pelos Senhores Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado) -----

*Proposta 707/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de Alcântara, nos termos da proposta e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 23.º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e dos artigos 116.º e seguintes do*



*Regime Jurídico da Delegação de Competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei, na redacção actual;*-----

- Parecer da 1ª e 5ª Comissões Permanentes

**(Aprovada por Maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – Contra: CDS-PP)** -----

**(Com as necessárias retificações constantes no documento anexo à Ata em Minuta e que dela faz parte integrante)** -----

**Proposta n.º 708/CM/2016**

**(Subscrita pelos Senhores Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado)** -----

*Proposta 708/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de S. Vicente, nos termos da proposta e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 23º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e dos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei, na redacção actual; grelha-base – 34 minutos;*

- Parecer da 1ª e 5ª Comissões Permanentes

**(Aprovada por Maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – Contra: CDS-PP)** -----

**Proposta n.º 709/CM/2016  
Retificada**

**(Subscrita pelos Senhores Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado)** -----

*Proposta 709/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de Campo de Ourique, nos termos da proposta e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 23º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e dos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei, na redacção actual;*

- Parecer da 1ª e 5ª Comissões Permanentes

**(Aprovada por Maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – Contra: CDS-PP)** -----

**(Com as necessárias retificações constantes no documento anexo à Ata em Minuta e que dela faz parte integrante)** -----

**Proposta n.º 710/CM/2016  
Retificada**

**(Subscrita pelos Senhores Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado)** -----

13/12/16

**Proposta 710/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de Benfica**, nos termos da proposta e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 23º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e dos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei, na redacção actual; -----

- Parecer da 1ª e 5ª Comissões Permanentes

**(Aprovada por Maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – Contra: CDS-PP)** -----  
**(Com as necessárias retificações constantes no documento anexo à Ata em Minuta e que dela faz parte integrante)** -----

**Proposta n.º 711/CM/2016**  
**Retificada**

**(Subscrita pelos Senhores Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado)** -----

**Proposta 711/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia da Estrela**, nos termos da proposta e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 23º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e dos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei, na redacção actual; -----

- Parecer da 1ª e 5ª Comissões Permanentes

**(Aprovada por Maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – Contra: CDS-PP)** -----  
**(Com as necessárias retificações constantes no documento anexo à Ata em Minuta e que dela faz parte integrante)** -----

**Proposta n.º 743/CM/2016**

**(Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro)** -----

**Proposta 743/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de Campolide**, nos termos da proposta e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 23º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e dos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei, na redacção actual; -----

- Parecer da 1ª e 5ª Comissões Permanentes

**(Aprovada por Maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – Contra: CDS-PP)** -----

15.  
15/12/16

**Proposta n.º 744/CM/2016**

(Subscrita pelo Senhor Vereador Jorge Máximo) -

*Proposta 744/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de Benfica, nos termos da proposta, e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 23º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e dos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei, na redação actual; -----*

- Parecer da 1ª e 5ª Comissões Permanentes

(Aprovada por Maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNPN/ 6 IND – Abstenção: CDS-PP) -----

**Apreciação das propostas de transferência de verba ou apoio financeiro a freguesias, mediante protocolo de colaboração**

**Proposta n.º 656/CM/2016**

(Subscrita pelo Senhor Vereador Jorge Máximo) -

*Proposta 656/CM/2016 – Retifica a Proposta n.º 544/CM/2016 - Transferência de verba e Protocolo de Parceria com a Freguesia de São Domingos de Benfica, nos termos da proposta e ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicado em anexo I à mesma lei, na redação actual; -----*

- Parecer da 1ª e 5ª Comissões Permanentes

(Aprovada por Maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNPN/ 6 IND – Abstenção: CDS-PP) -----

**Proposta n.º 544/CM/2016  
Retificada**

(Subscrita pelo Exmº Senhor Vereador Jorge Máximo) -----

*Proposta 544/CM/2016 - Aprovar a celebração de Protocolo entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São de Domingos de Benfica para Instalação do Centro de Cidadania Digital, e respetiva transferência de verba, nos termos da proposta. -----*

(Aprovada por Maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNPN/ 6 IND – Abstenção: CDS-PP) -----

(Para além das retificações introduzidas pela Proposta 656/CM/2016, foram introduzidas as retificações constantes no documento anexo à Ata em Minuta e que dela

12/12/2016

faz parte integrante) -----

**Proposta n.º 657/CM/2016**  
**Retificada**

(Subscrita pelo Senhor Vereador Jorge Máximo)

**Proposta 657/CM/2016 –Transferência de verba e Protocolo com o Exército e a Junta de Freguesia de Arroios, nos termos da proposta e ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicado em anexo I à mesma lei, na redacção actual;** -----

- Parecer da 1ª e 5ª Comissões Permanentes

**(Aprovada por unanimidade)** -----

**(Com as necessárias retificações constantes no documento anexo à Ata em Minuta e que dela faz parte integrante)** -----

**Proposta n.º 658/CM/2016**

(Subscrita pelo Senhor Vereador João Afonso) ----

**Proposta 658/CM/2016 - Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Arroios e Protocolo de Colaboração – Mercado Social das Culturas, nos termos da proposta e ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicado em anexo I à mesma lei, na redacção actual;** -----

- Parecer da 1ª, 5ª e 7ª Comissões Permanentes

**(Aprovada por Maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – Abstenção: CDS-PP)** -----

**Proposta n.º 659/CM/2016**

(Subscrita pelo Senhor Vereador João Afonso) ----

**Proposta 659/CM/2016 - Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Arroios e Protocolo de Colaboração - Arroios Film Festival 2017, nos termos da proposta e ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicado em anexo I à mesma lei, na redacção actual;** -----

- Parecer da 1ª, 5ª e 7ª Comissões Permanentes

**(Aprovada por Maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ PAN/ PNP/ 6 IND – Contra: CDS-PP – Abstenção: MPT)** -----

Recomendação n.º 6/129 sobre a  
Proposta n.º 659/CM/2016

(Subscrita pela Presidente da Assembleia  
Municipal) -----

**Recomendação 6/129**

***“Sobre Atribuição de Apoio financeiro à Freguesia de Arroios e Protocolo de Colaboração  
– Arroios Film Festival 2017***

*A Assembleia Municipal recomenda à Câmara que a transferência referida na alínea a) da  
parte deliberativa da Proposta n.º 659/CM/2016 seja feita em 2016 e numa única prestação.” -*

**(Aprovada por Maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/  
MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – Contra: CDS-PP) -----**

Proposta n.º 660/CM/2016  
Retificada

(Subscrita pelo Senhor Vereador João Afonso) ----

**Proposta 660/CM/2016 - Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de São Vicente e  
Protocolo de Colaboração, no âmbito do Programa Municipal para a Pessoa Sem-  
Abrigo, nos termos da proposta e ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º, do Regime  
Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e  
publicado em anexo I à mesma lei, na redacção actual; -----**

- Parecer da 1ª, 5ª e 6ª Comissões Permanentes

**(Aprovada por unanimidade) -----**

**(Com a necessária retificação constante no documento anexo à Ata em Minuta e que  
dela faz parte integrante) -----**

Recomendação n.º 7/129 sobre a  
Proposta n.º 660/CM/2016

(Subscrita pela Presidente da Assembleia  
Municipal) -----

**Recomendação 7/129**

***“Sobre Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de São Vicente e Protocolo de  
Colaboração, no âmbito do Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo***

*A Assembleia Municipal recomenda à Câmara que a transferência referida na alínea a) da  
parte deliberativa da Proposta n.º 660/CM/2016 seja feita em 2016 e numa única prestação.” -*

**(Aprovada por unanimidade) -----**

Handwritten signature/initials.

**Proposta n.º 712/CM/2016**

(Subscrita pelo Exmº Senhor Vereador João Afonso) -----

*Proposta 712/CM/2016 - Atribuição de apoio financeiro à Freguesia do Beato, no âmbito do Orçamento Participativo para o projeto vencedor "Melhorar o Espaço Fazeres do Beato", nos termos da proposta e ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicado em anexo I à mesma lei, na redação actual;* -----

- Parecer da 1ª e 5ª Comissões Permanentes

(Aprovada por unanimidade) -----

**Recomendação n.º 2/129  
resultante do Parecer da 1ª e 5ª  
Comissões Permanentes sobre  
as Propostas 653 a 657/2016,  
705 a 712/2016, 743/2016 e  
744/2016**

(Subscrita pela 1ª e 5ª Comissões Permanentes) ----

#### **Recomendação 2/129 (1ª e 5ª CP)**

*"Sobre as propostas 653 a 657/2016, 705 a 712/2016, 743/2016 e 744/2016*

*Tendo presentes os pareceres aprovados pela 1ª e 5ª Comissões Permanentes sobre as seguintes propostas:*

- *Proposta 653/CM/2016 – Delegação de Competências na Freguesia de Alcântara -----*
- *Proposta 654/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de Santa Clara---*
- *Proposta 655/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de Arroios -----*
- *Proposta 656/CM/2016 – Transferência de verba e Protocolo de Parceria com a Freguesia de São Domingos de Benfica -----*
- *Proposta 657/CM/2016 – Transferência de verba e Protocolo com o Exército e a Junta de Freguesia de Arroios -----*
- *Proposta 705/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de Carnide -----*
- *Proposta 706/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de S. Domingos de Benfica -----*
- *Proposta 707/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de Alcântara -----*
- *Proposta 708/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de S. Vicente -----*
- *Proposta 709/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de Campo de*

12/12/16

Ourique -----

- Proposta 710/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de Benfica -----
- Proposta 711/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia da Estrela -----
- Proposta 712/CM/2016 - Atribuição de apoio financeiro à Freguesia do Beato, no âmbito do Orçamento Participativo para o projeto vencedor "Melhorar o Espaço Fazeres do Beato", -----
- Proposta 743/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de Campolide -----
- Proposta 744/CM/2016 - Delegação de Competências na Freguesia de Benfica -----

A 1ª e 5ª Comissões Permanentes propõem ao plenário da Assembleia Municipal que aprove a seguinte recomendação à Câmara: -----

1. A remessa à Assembleia Municipal dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objecto dos respectivos Protocolos; -----
2. A continuidade de implementação e o incremento do número e âmbito destes contratos inter-administrativos no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, com distribuição equitativa pelas Freguesias. -----

(Aprovada por unanimidade) -----

Recomendação nº 3/129  
resultante do Parecer da 1ª, 5ª e  
7ª Comissões Permanentes  
sobre as Propostas 658 e  
659/2016

(Subscrita pela 1ª, 5ª e 7ª Comissões Permanentes) -

### Recomendação 3/129 (1ª, 5ª e 7ª CP)

#### "Sobre as propostas 658 e 659/2016

Tendo presentes os pareceres aprovados pela 1ª, 5ª e 7ª Comissões Permanentes sobre as seguintes propostas:

- Proposta 658/CM/2016 – Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Arroios e Protocolo de Colaboração – Mercado Social das Culturas -----
- Proposta 659/CM/2016 - Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Arroios e Protocolo de Colaboração - Arroios Film Festival 2017-----

A 1ª, 5ª e 7ª Comissões Permanentes propõem ao plenário da Assembleia Municipal que aprove a seguinte recomendação à Câmara: -----

6.  
H. M. M.

1. *A remessa à Assembleia Municipal dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objecto dos respectivos Protocolos;* -----

2. *A continuidade de implementação e o incremento do número e âmbito destes contratos inter-administrativos no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, com distribuição equitativa pelas Freguesias.* -----

(Aprovada por unanimidade) -----

Recomendação nº 4/129  
resultante do Parecer da 1ª, 5ª e  
6ª Comissões Permanentes  
sobre a Proposta 660/2016

(Subscrita pela 1ª, 5ª e 6ª Comissões Permanentes) -

Recomendação 4/129 (1ª, 5ª e 6ª CP)

“Sobre a proposta 660/2016

Tendo presente o parecer aprovado pela 1ª, 5ª e 6ª Comissões Permanentes sobre a seguinte proposta:

- Proposta 660/CM/2016 – Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de São Vicente e Protocolo de Colaboração, no âmbito do Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo.-----

A 1ª, 5ª e 6ª Comissões Permanentes propõem ao plenário da Assembleia Municipal que aprove a seguinte recomendação à Câmara: -----

1. *A remessa à Assembleia Municipal dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objecto do respectivo Protocolo;* -----

2. *A continuidade de implementação e o incremento do número e âmbito destes contratos inter-administrativos no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, com distribuição equitativa pelas Freguesias.* -----

(Aprovada por unanimidade) -----

Recomendação nº 5/129  
resultante do Parecer da 1ª e 5ª  
Comissões Permanentes sobre a  
Proposta 704/2016

(Subscrita pela 1ª e 5ª Comissões Permanentes) -



**Recomendação 5/129 (1ª e 5ª CP)**

**“Sobre a proposta 704/2016**

*Tendo presente o parecer aprovado pela 1ª e 5ª Comissões Permanentes sobre a seguinte proposta:*

- *Proposta 704/CM/2016 – Delegação de Competências na Freguesia de Arroios -----*

*A 1ª e 5ª Comissões Permanentes propõem ao plenário da Assembleia Municipal que aprove a seguinte recomendação à Câmara: -----*

*A continuidade de implementação e o incremento do número e âmbito destes contratos inter-administrativos no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, com distribuição equitativa pelas Freguesias. -----*

**(Aprovada por unanimidade) -----**

**Apreciação das seguintes propostas de repartição de encargos  
e assunção de compromissos plurianuais:**

**Proposta n.º 690/CM/2016**

**(Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte  
Cordeiro) -----**

**Proposta 690/CM/2016, ponto 2 da parte deliberativa- Alteração da repartição de encargos para aquisição de serviços de fiscalização aos serviços prestados pelas empresas contratadas na remoção de graffiti e cartazes, proteção das superfícies tratadas e manutenção das mesmas no Município de Lisboa, nos termos da proposta e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 24.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redacção actual, e dos números 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua redacção actual, bem como da alínea c) do número 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redacção dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março; -----**

**(Aprovado por Maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PNPN/ 6 IND –  
Contra: PCP/ BE/ PEV – Abstenção: PSD/ CDS-PP/ MPT/ PAN -----**

**Proposta n.º 691/CM/2016**

**(Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte  
Cordeiro) -----**

**Proposta 691/CM/2016, ponto 2 da parte deliberativa - Alteração da repartição de encargos para aquisição de serviços de remoção de graffiti e cartazes, proteção das superfícies tratadas e manutenção das mesmas no Município de Lisboa, nos termos da proposta e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 24.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação actual, e dos números 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua redação actual, bem como da alínea c) do número 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março; -----**

**(Aprovado por Maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ CDS-PP/ PNP/ 6 IND – Contra: PCP/ BE/ PEV – Abstenção: PSD/ MPT/ PAN -----**

**Proposta n.º 733/CM/2016**

**(Subscrita pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva) -----**

**Proposta 733/CM/2016, ponto 6 - Repartição de encargos e compromissos plurianuais para a aquisição de Serviços Postais para o Município de Lisboa aos CTT, nos termos da proposta e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 24º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, dos n.ºs 1, 2 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março; -----**

**(Aprovado por Maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PCP/ BE/ CDS-PP/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 6 IND – Abstenção: PSD) -----**

**Proposta n.º 735/CM/2016**

**(Subscrita pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva) -----**

**Proposta 735/CM/2016, alínea e) - Compromissos plurianuais para Aquisição de Combustíveis Rodoviários ao abrigo do Acordo Quadro celebrado pela Central de Compras Eletrónicas da Área Metropolitana de Lisboa (CCE-AML), nos termos da proposta, e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 24º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, dos n.ºs 1, 2 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março; -----**

**(Aprovada por unanimidade) -----**

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa não esteve presente nesta Sessão, tendo-se feito representar pelo seu substituto legal, Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, ainda em vigor, a



contrário, por força da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Nos termos do n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 3 do artigo 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e, ainda, ao abrigo do despacho da Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, datado de cinco de março de dois mil e quinze, exarado em folha anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014, eu Aldalio Rouque, Chefe do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, a elaborei e subscrevi.-----

Nada mais havendo a acrescentar, deu-se por encerrada esta sessão às dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos.-----

Sala de reuniões da Assembleia Municipal de Lisboa, vinte de dezembro de dois mil e dezasseis.-----

----- A Presidente -----

Helena Roseta

----- Helena Roseta -----

**Anexo à ata em minuta** – Lista de rectificações às propostas de delegação de competências aprovadas pela Assembleia Municipal na 129ª sessão.-----



Alvará de Construção n.º 66160  
Rua Particular à Rua Manuel Soares Guedes letras JAL  
1170 - 206 Lisboa

DACM  
Prop. n.º 660 / 2016  
F-Is. ....

### ORÇAMENTO N.º 111

Obra: Refeitório na Calçada de Cascão  
Cliente: Junta de freguesia de São Vicente

23-06-2016

N.º	Designação	Un.	Quant.	Pr. Unitário	Valor s/IVA
<b>I</b>	<b>Demolições</b>				
1	Remoção de janela existente no wc para colocação de porta nova.				
2	Abertura de porta para novo acesso ao refeitório e remoção de moldura em cimento na fachada.				
3	Transporte a vazadouro dos produtos sobranes. Aluguer de contentor.				
4	Demolição de dois paredes no wc existente.				
5	Demolição de parede que divide a cozinha atualmente				
6	Picagem das paredes deterioradas exteriores no wc, corredor cozinha e sala de refeitório, altura total.				
7	Remoção, transporte ao vazadouro dos produtos sobranes. Aluguer de contentor.	vg			2.481,00 €
<b>II</b>	<b>Paredes</b>				
1	Fornecimento e execução de remates das paredes demolidas.				
2	Fecho com tijolo parte do vão da janela removida na fachada.				
3	Fornecimento e levantamento de parede em tijolo para fechar a cozinha, esta incluído reboco.				
4	Fornecimento e execução de reboco normal sobre paredes exteriores com altura de 1,95 mt ou 1,35 mt no refeitório.				
5	Fornecimento e execução de divisória em pladur para fechar novo wc logo ao pe da escada nova.				
6	Fornecimento e execução de divisória em pladur para fechar hall de entrada e formar corredor ate os wcs				
7	Montagem de 2 portas, fornecidas pelo cliente	vg			3.627,00 €
8	Fornecimento e execução de reboco de impermeabilização ate altura de 1,95 mt, zona das terras exteriores.	m2	102	61,99	6.322,98 €
<b>III</b>	<b>Escada em ferro</b>				
1	Fornecimento e execução de escada em ferro com estrutura, viga UPN 200 e HEA 100. Degraus em chapa xadrez, tudo metalizado. Corrimão em tubo redondo galvanizado. Esta incluído soldaduras e mon-				



Alvará de Construção n.º 66160  
Rua Particular à Rua Manuel Soares Guedes letras JAL  
1170 - 206 Lisboa

### ORÇAMENTO N.º 111

Obra: Refeitório na Calçada de Cascão  
Cliente: Junta de freguesia de São Vicente

23-06-2016

N.º	Designação	Un.	Quant.	Pr. Unitário	Valor s/IVA
	tagem e fixação. Metalização, pinturas com e pinturas com esmalte cor cinzenta.	vg			2.596,00 €
<b>IV</b>	<b>Teto falso</b>				
1	Fornecimento e execução de teto falso no wc grande, incluindo material de fixação e barramentos.	vg			622,00 €
<b>V</b>	<b>Pinturas</b>				
1	Fornecimento e execução de pinturas sobre paredes rebocadas novas com tinta de silicatos, permeável ao vapor de água. (onde levou reboco de impermeabilização)				
2	Fornecimento e execução de pinturas sobre paredes e tetos com tinta areia, incluindo uma demão de primário Cinoxan e tinta acrílica.				
	<b>Madeiras</b>				
1	Execução de pinturas de janelas e portas em madeira com esmate, incluindo reparações e aplicação :				
	Pinturas de 7 janelas de 1 x 1,40 mt				
	Pinturas de 5 janelas de 1,10 x 1,70 mt				
	Pinturas de portas duplas de 1,50 x 2,0 mt				
	Pinturas de portas simples de 1,50 x 2,0 mt				
	Pinturas de pilares redondos em ferro existentes.	vg			10.891,00 €
<b>VI</b>	<b>Porta da entrada em alumínio</b>				
	Fornecimento e montagem de porta em alumínio cor verde garrafa almofadada para a nova entrada do refeitório.	vg			695,00 €
	O preço não inclui Iva			Total	27.234,98 €
Todos os materiais da n/responsabilidade a excepção das portas interiores, Não somos responsáveis pelas licenças de construção/alteração precisas.					
Fornecimento de água, electricidade e espaço para armazenamento dos materiais em uso deve ser da responsabilidade do cliente.					
Condições de pagamento: 30 % - INICIO DA OBRA,					
40 % - no fim da execução dos muros.					
30 % - no fim da obra					



Alvará de Construção n.º 66160

Rua Particular à Rua Manuel Soares Guedes letras JAL

1170 - 206 Lisboa

**ORÇAMENTO N.º 111**

**Obra: Refeitório na Calçada de Cascão**

**23-06-2016**

**Cliente: Junta de freguesia de São Vicente**

N.º	Designação	Un.	Quant.	Pr. Unitário	Valor s/IVA

Expomáquina - Técnica de Equipamentos Industriais e Comércio, Lda..

Equipamentos Hoteleiros

Estrada de Benfica, 405 A/A  
1500-077 Lisboa

Tel: 21 778 34 25 / 21 778 17 18

Fax: 21 778 52 36

E-mail: expomaquina@iol.pt

Contribuinte Nº : 502064331

Sociedade por Quotas

Capital Social: 25000 €

Registada na C.R.C. de Lisboa sob Nº 165

ORÇAMENTO

DACM

Prop. n.º 666/2016

ORC C11/1130

Folha Nº 1 de 2

Original

Natureza: Orçamento

Exmo.(s) Senhor(es)

ASSOCIAÇÃO JOÃO 13

Código AT:

V/ Documento	Emitido em 2016-11-09	Condições de Pagamento PRONTO PAGAMENTO	Vencimento em 2016-11-09
	Cliente Nº 1997	V/ Contribuinte Consumidor final	Transporte VIATURA 34-24-MT

REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNI	P.VENDA S/IVA	DESC	VALOR LIQUIDO	IVA
0000	MESA 70x70 MADEIRA 4 PERNAS	11,00	UNI	95,00 EUR		1 045,00 EUR	23 %
0000	CADEIRA REFORÇADA EM MADEIRA	45,00	UNI	75,00 EUR		3 375,00 EUR	23 %
0000	FOGÃO JUNEX PRO F07N401QP + FORNO	1,00	UNI	1 869,00 EUR		1 869,00 EUR	23 %
0000	TABULEIRO 1/1 65 530x325x65	6,00	UNI	35,00 EUR		210,00 EUR	23 %
0000	ARMARIO FRIGORIFICO DE CONSERVAÇÃO MAN 700 700x800x2040	1,00	UNI	1 965,00 EUR		1 965,00 EUR	23 %
0000	ARMARIO FRIGORIFICO DE CONGELAÇÃO MAB 700 700x800x2040	2,00	UNI	2 452,00 EUR		4 904,00 EUR	23 %
0000	LAVA LOIÇA 1500x600x850 2 CUBAS 400x400x250	1,00	UNI	684,00 EUR		684,00 EUR	23 %
0000	MAQUINA LAVAR LOIÇA ATA AF88	1,00	UNI	3 093,00 EUR		3 093,00 EUR	23 %
0000	ARMARIO VERTICAL PARA ARRUMAÇÃO DE LOIÇA INOX 1500x500x2000	1,00	UNI	1 222,00 EUR		1 222,00 EUR	23 %
0000	TRITURADOR ROBOT COUPE MP 450 ULTRA	1,00	UNI	440,00 EUR		440,00 EUR	23 %
0000	MAQUINA LAVAR ROUPA MAGNUS WR18 16,2K	1,00	UNI	7 817,00 EUR		7 817,00 EUR	23 %
0000	SECADOR DE ROUPA MAGNUS EME 15 15K	1,00	UNI	4 967,00 EUR		4 967,00 EUR	23 %

Este documento não constitui documento de transporte, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2003

Emitido por programa certificado nº 1411/AT - Sage

Este documento não serve de factura

TOTAL BRUTO  
DESCONTO LINHA  
DESCONTO GLOBAL  
TOTAL LIQUIDO  
TOTAL I.V.A.  
TOTAL PORTES

Hora de Carga :      Descarga:  
Local de Carga :  
Local de Descarga:

Continua...

IBAN: PT50 003601689910003810385

Expomáquina - Técnica de  
Equipamentos Industriais e  
Comércio, Lda..

Equipamentos Hoteleiros

Estrada de Benfica, 405 A/A

1500-077 Lisboa

Tel: 21 778 34 25 / 21 778 17 18

Fax: 21 778 52 36

E-mail: expomaquina@lol.pt

Contribuinte Nº : 502064331

Sociedade por Quotas

Capital Social: 25000 €

Registada na C.R.C. de Lisboa sob Nº 165

ORÇAMENTO

ORC C11/1130

Folha Nº 2 de 2

Original

Natureza: Orçamento

Exmo.(s) Senhor(es)

ASSOCIAÇÃO JOÃO 13

Código AT:

V/ Documento	Emitido em 2016-11-09	Condições de Pagamento PRONTO PAGAMENTO		Vencimento em 2016-11-09
	Cliente Nº 1997	V/ Contribuinte Consumidor final	Transporte VIATURA 34-24-MT	

REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNI	P.VENDA S/TVA	DESC	VALOR LIQUIDO	IVA
0000	FRITADEIRA ELECTRICA DE CHAO MAGNUS FE2X14 M770	1,00	UNI	2 912,00 EUR		2 912,00 EUR	23 %
0000	BANCADA INOX 1200x600x850	1,00	UNI	315,00 EUR		315,00 EUR	23 %
0000	BANCADA INOX APOIO AO FOGÃO 1000x600x850	1,00	UNI	290,00 EUR		290,00 EUR	23 %

Observações:

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

VALIDADA ESTA PROPOSTA 30 DIAS

PRAZO DE ENTREGA A COMBINAR

MONTAGEM INCLUIDA

Este documento não constitui documento de transporte, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2003

Emitido por programa certificado nº 1411/AT - Sage

~~Folha documento não copia da factura~~

Incidência	Valor de I.V.A.	TOTAL BRUTO	35 108,00 EUR
35 108,00 23,0 %	8.074,84	DESCONTO LINHA	0,00 EUR
0,00 0,0 %	0,00	DESCONTO GLOBAL	0,00 EUR
0,00 0,0 %	0,00	TOTAL LIQUIDO	35 108,00 EUR
0,00 0,0 %	0,00	TOTAL I.V.A.	8 074,84 EUR
		TOTAL PORTES	0,00 EUR
Hora de Carga :	Descarga:	** Total **	43 182,84 EUR
Local de Carga :			
Local de Descarga:			

IBAN: PT50 003601689910003810385



## Lista de Retificações às Propostas

### PROPOSTAS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (pela ordem dos pontos da convocatória):

**P 704/CM/2016 – Gestão do quiosque municipal sito no Jardim Constantino para JF Arroios**  
**Vereador Sá Fernandes**

- Minuta do contrato:  
No início relativamente à identificação das partes:
  - Substituir “ Câmara Municipal de Lisboa, órgão executivo do município de Lisboa ...” por “Município de Lisboa.”;
  - Substituir “Junta de Freguesia Arroios” por “Freguesia de Arroios”;
- Na proposta e na minuta de contrato substituir a expressão “cedência” por “gestão”, uma vez que o que se pretende é delegar na junta de freguesia as competências da CML no que se refere à gestão do quiosque.

**P 705/CM/2016 – Delegação de competências – Freguesia de Carnide**  
**Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado**

- Lapso na identificação da JF – pág 4 da Proposta – Onde estava São Vicente passa a estar Carnide
- Alteração da Cláusula 10.ª da minuta do contrato:

**Cláusula 10.ª**

**Anexos**

**Onde se lê:**

*“Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas e desenhadas anexas, identificadas como Anexos.”*

**Deve-se ler:**

*“Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas anexas, identificadas como Anexos.”*

**P 706/CM/2016 – Delegação de competências – Freguesia de S. Domingos de Benfica**  
**Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado**

- Alteração da Cláusula 10.ª da minuta do contrato:

**Cláusula 10.ª**

**Anexos**

**Onde se lê:**

*“Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas e desenhadas anexas, identificadas como Anexos.”*

**Deve-se ler:**

*“Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas anexas, identificadas como Anexos.”*

Handwritten signature/initials.

- Alteração da Cláusula 10.ª da minuta do contrato:

Cláusula 10.ª  
Anexos

Onde se lê:

"Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas e desenhadas anexas, identificadas como Anexos."

Deve-se ler:

*"Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas anexas, identificadas como Anexos."*

P 709/CM/2016 - Delegação de competências – Freguesia de Campo de Ourique  
Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado

- Alteração da Cláusula 10.ª da minuta do contrato:

Cláusula 10.ª  
Anexos

Onde se lê:

"Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas e desenhadas anexas, identificadas como Anexos."

Deve-se ler:

*"Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas anexas, identificadas como Anexos."*

P 710/CM/2016 - Delegação de competências – Freguesia de Benfica  
Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado

- Alteração da Cláusula 10.ª da minuta do contrato:

Cláusula 10.ª  
Anexos

Onde se lê:

"Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas e desenhadas anexas, identificadas como Anexos."

Deve-se ler:

*"Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas anexas, identificadas como Anexos."*

P 711/CM/2016 - Delegação de competências – Freguesia da Estrela  
Vereadores Catarina Albergaria e Manuel Salgado

- Alteração da Cláusula 10.ª da minuta do contrato:

## Anexos

### Onde se lê:

"Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas e desenhadas anexas, identificadas como Anexos."

### Deve-se ler:

*"Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas anexas, identificadas como Anexos."*

## **PROPOSTAS DE TRANSFERÊNCIA DE VERBA OU APOIO FINANCEIRO A FREGUESIAS (pela ordem dos pontos da convocatória):**

**Proposta 544/2016 retificada – Protocolo de Parceria entre CML e Freg. São Domingos de Benfica**

**Vereador Jorge Máximo**

- Corrigir o Protocolo de Parceria, uma vez que da Cláusula Terceira passa para a Cláusula Quinta (a Cláusula Quarta não existe) e na pág. 5 passa da alínea m) para a f).

**Proposta 657/CM/2016 – Protocolo entre o Exército, a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Arroios**

**Vereador Jorge Máximo**

- Na minuta de Protocolo (identificação das partes) substituir "A Câmara Municipal de Lisboa" por "Município de Lisboa".
- Na última folha do Protocolo falta a identificação do segundo outorgante (Município de Lisboa).

**P660/2016 – Protocolo de Cooperação - Núcleo de Apoio Local – JF São Vicente**

**Vereador João Afonso**

- Corrigir a minuta do protocolo de colaboração uma vez que se passa da Cláusula 6ª para a 10ª



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

**ATA EM MINUTA**

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 19 de janeiro de 2017, as atas, os votos de pesar, as moções e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 136 e 138 das reuniões de Câmara de 10 e 30 de novembro de 2016.

**(Aprovadas por unanimidade)**

**Voto de pesar n.º 1/2017** (Subscrito pelo Sr. Presidente e pelos Srs. Vereadores do PS, Independentes e do PPD/PSD)

Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Soares, nos termos do voto;

**(Aprovado por unanimidade)**

**Voto de pesar n.º 2/2017** (Subscrito pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de José Pracana, nos termos do voto;

**(Aprovado por unanimidade)**



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

**Proposta n.º 10/2017**

**(Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)**

Aprovar a proposta de constituição do Conselho de Administração da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., e mandar o representante do Município de Lisboa na Assembleia Geral, para votar favoravelmente a sua nomeação, nos termos da proposta;

Aprovada por escrutínio secreto com a seguinte votação: <b>Tiago Lopes Farias</b>	A favor	Contra	Abstenções
	11	2	4

Aprovada por escrutínio com a seguinte votação: <b>José Realinho de Matos</b>	A favor	Contra	Abstenções
	11	2	4

Aprovada por escrutínio secreto com a seguinte votação: <b>António Manuel Pires</b>	A favor	Contra	Abstenções
	11	2	4

**Proposta n.º 11/2017**

**(Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)**

Aceitar o donativo em espécie, bem como aprovar a minuta de protocolo a celebrar com a PRIO ENERGY, S.A., no âmbito do Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo, nos termos da proposta;

**(Aprovada por unanimidade)**

**Proposta n.º 12/2017**

**(Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)**

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a Adenda ao Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Vicente referente à adaptação de duas salas do edifício sito no Campo de Santa Clara, n.º 60, no âmbito do Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo, nos termos da proposta;

**(Aprovada por unanimidade)**



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu, *R. e Silva* Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 19 de janeiro de 2017

O Vice-Presidente

*Duarte Cordeiro*

Duarte Cordeiro

PROPOSTA N.º 12/2017 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A ADENDA AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICENTE REFERENTE À ADAPTAÇÃO DE DUAS SALAS DO EDIFÍCIO SITO NO CAMPO DE SANTA CLARA, N.º 60, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MUNICIPAL PARA A PESSOA SEM-ABRIGO, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

**O Sr. Presidente em exercício:** - Ponto 13 da Ordem de Trabalhos, Proposta 12/2017. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 12/2017, a qual foi aprovada por unanimidade.